

ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, agradeço a todos que nos visitam e nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL. Vou falar hoje sobre dois temas: a aprovação da Lei n. 220/2014, que trata da criação do Fundo de Microcrédito no Brasil e sobre o escândalo do leite no estado de Santa Catarina.

Primeiramente vou falar um pouco sobre o histórico da Lei do Fundo do Microcrédito. Em 2010 tramitou nesta Casa o Projeto de Lei n. 0360, resultado de um amplo debate que ocorreu a partir da nossa mobilização no Simples Nacional, do estatuto da micro e pequena empresa, no qual um

dos itens desta lei trata do financiamento das nossas micro e pequenas empresas e do micro empreendedor.

Foi uma das grandes conquistas do governo Lula, quando pudemos trabalhar este novo estatuto, com uma grande articulação da base do governo e da oposição na Câmara dos Deputados e no Senado, junto ao executivo nacional, que resultou nesta importante legislação, que trata das micro e pequenas empresas e do micro empreendedor individual.

Esse é um dos grandes gargalos que inclusive durante o processo eleitoral veio forte novamente como um apelo e um pedido especial para nós que conhecemos bem essa área, porque coordenamos o Fórum de Implantação do Simples Nacional nesta Casa sobre o qual fizemos um grande debate, representando esta Casa numa comissão, num espaço do fórum do nosso estado, com a participação de diversas entidades e órgãos.

E ali surgiu o Projeto de Lei n. 0360/2010 que, infelizmente, depois de uma longa tramitação, até 2013, na comissão de Finanças, foi arquivado.

Este ano volta para esta Casa o Projeto de Lei n. 0220/2014, que foi aprovado na semana passada.

Então, foi um passo significativo para as nossas micro e pequenas empresas e para os microempreendedores terem acesso ao crédito.

Com certeza, ainda não é o que precisamos, mas é um passo significativo para que através desse fundo de aval criado tenhamos acesso ao microcrédito. Qual é o grande gargalo e por que esse fundo de aval é tão importante?

Nós tivemos uma experiência do Pronaf no início, nos anos 90, com a criação do fundo de aval. E qual é o grande gargalo para os pequenos terem sempre acesso ao crédito? É a garantia do banco, porque é um crédito financeiro, é um crédito que vem através dos bancos, e aí entra na regra comum dos bancos, é a garantia do banco.

Assim sendo, o banco não empresta se ele não tiver uma garantia. E o fundo garantidor, mesmo que não seja acionado, garante para os bancos que vai ter retorno, e isso faz com que nós possamos

ter uma redução significativa no juro, durante o ano, de 5% a 10%, inclusive. Porque normalmente o banco cobra no juro mais alto, para que se alguém não pagar o financiamento ele possa, através desse juro, saldar essa dívida que não entra. O freio no empréstimo é muito grande. Então, com a aprovação do fundo de aval, ficará mais fácil, inclusive, para a redução do juro, porque o banco terá a garantia de que o recurso vai retornar, e fica mais fácil para o microempreendedor ou para o microempresário ter acesso ao crédito.

Por isso que a aprovação desse projeto nesta Casa é de suma importância para os nossos microempreendedores e para as nossas micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina.

Por esta razão nós queremos ressaltar aqui e falar da importância desse setor no nosso estado e no Brasil, com uma novidade: esse microcrédito tem que ter acompanhamento por parte das instituições. Inclusive, as Oscips podem repassar crédito, as cooperativas de crédito podem repassar crédito, mas ele tem que ser direcionado e acompanhado. As regras são claras: se a instituição não tiver acompanhamento na aplicação e o crédito orientado, ela não terá condições e não receberá esses recursos para repassar a esse setor.

Então, o projeto é extremamente importante, o estado coloca imediatamente R\$ 2 milhões nesse fundo garantidor, mas entendemos que esse valor pode ser pouco. Mas vamos trabalhar numa determinada perspectiva e discutir as emendas no orçamento, colocar mais recurso à disposição e procurarmos formas de buscar mais recursos para ampliar esse fundo garantidor, pois quanto mais recursos tivermos nesse fundo, mais perspectiva de empréstimo iremos ter de recursos.

O segundo ponto que eu queria aqui ressaltar no dia de hoje, nesta tribuna, é uma grande preocupação nossa.

Nós tivemos no estado, nesses últimos meses, várias ações da Justiça, do ministério da Agricultura e dos órgãos de fiscalização em virtude de problemas com relação a complementos adicionados ao leite, ou seja, soda cáustica, água

oxigenada e outros produtos. Isso ocorreu primeiro em Ponte Serrada, numa pequena indústria, depois em Mondaí, e, infelizmente, ontem ocorreu novamente em pequenas empresas no estado. E uma delas, inclusive, pertence a um suplente de deputado desta Casa.

Nós nos revoltamos muito vendo essas coisas. E onde é que vai estourar isso de novo, deputado Neodi Saretta? Vai estourar novamente em cima dos agricultores. O consumo do leite foi reduzido e o preço também baixou para muitos agricultores porque a sociedade ficou preocupada.

Outro setor, deputados Sargento Amauri Soares e Padre Pedro Baldissera, que vai sofrer é novamente o das pequenas cooperativas, que trabalham com cuidado visando a qualidade do leite. E temos uma grande preocupação porque os grandes grupos econômicos novamente se beneficiam e cada vez mais controlam essa cadeia produtiva do leite. E usam esses momentos para, inclusive, concentrar a produção e implantar as suas estratégias de desenvolvimento, de parceria ou de integração mais acelerada.

Então, vemos isso com muita preocupação. Esse fato precisa ser denunciado e precisa-se limpar o joio do trigo com relação às empresas, aos empregados, às cooperativas, aos empresários, enfim, separar o bom do ruim e eliminar os ruins, porque, infelizmente, há pessoas que se envolvem nesse tipo de coisa, brincando com a saúde da população.

Não somos contra a fiscalização. Agora, para nós fica aqui a grande preocupação com relação aos impactos disso novamente para os agricultores que, muitas vezes, tiveram dificuldades nas grandes empresas, organizaram-se em associações e pequenas cooperativas para continuar produzindo e tendo a sua renda com a produção do leite.

Infelizmente, Santa Catarina está sendo muito ameaçada - há muitas denúncias. Inclusive, há questões já comprovadas, como aconteceu nesses últimos meses em várias empresas do nosso estado.

Lamentavelmente, isso ocorreu, precisa haver rigorosidade na apuração e ser feita justiça de

fato para não prejudicar quem não tem nada a ver com a história, especialmente os nossos agricultores que trabalham, labutam e produzem um leite de qualidade. E depois lá fora da porteira da propriedade há pessoas má intencionadas, pessoas que costumam usar de meios obscuros para se aproveitar e ganhar dinheiro em cima de sacanagem, de sujeira e de bandidagem.

Então, não queremos que isso ocorra novamente e precisamos banir esse problema do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha aqui presente no plenário, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje venho a esta tribuna para fazer o registro - e, inclusive, na Ordem do Dia vamos ter um requerimento de minha autoria para apreciação dos srs. deputados - de uma professora da minha cidade, Joinville, que foi a vencedora da 17ª edição do Prêmio Educador Nota 10, como a educadora do ano de 2014. Esse prêmio é realizado pela Fundação Victor Civita, em parceria com a *Globo* e a *Fundação Roberto Marinho*.

Eu queria somente fazer o registro dessa grande professora, sra. Paula Aparecida Sestari, do Centro de Educação Infantil Odórico Fortunato, na cidade de Joinville. Mas, queria deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, mostrar a importância do trabalho através do qual ela foi escolhida como professora do ano. Ela durante um tempo trabalhou com seus alunos no Centro de Educação Infantil Odórico Fortunato, na cidade de Joinville, mostrando a importância que tem o mangue. E quando eu estava lendo a matéria, que saiu no G1, parabenizando essa professora, deputado Dirceu Dresch, lembrei-me de que, quando criança, passava pelo mangue, lá em Joinville, que é uma coisa muito comum, e achava aquilo lá um

lodo, e chegava a pensar: por que não aterraram tudo isso? Parte da zona leste da cidade, parte do Guanabara, onde morei e cresci. Na rua Ursa Maior havia só mangue! Era comum as pessoas, deputado Sargento Amauri Soares, começarem a aterrar e assim iam surgindo bairros inteiros, como o Comasa da Boa Vista, Ademar Garcia, parte do Agulhas Negras, Fátima, Areião, Guanabara, que foram bairros criados a partir do aterro do mangue. Isso no final da década de 70 até meados da década de 80, quando no Espinheiros, por ocasião de uma avalanche de aterros, foi contratado um engenheiro sanitaria, recém-formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, para fazer um trabalho de urbanização daquela área que tinha sido aterrada e também uma contenção dos aterros, para que não houvesse mais aterro nos mangues. O nome desse engenheiro sanitaria é Marco Antônio Tebaldi, hoje é deputado federal reeleito e foi prefeito da cidade.

Quando a gente observa essa professora, Paula Aparecida Sestari, vimos a importância do assunto que ela vem trazendo para os alunos do CI Odorico Fortunato na preservação e o papel importante que tem os mangues.

Eu, hoje, estava ouvindo pela CBN essa matéria e no áudio da matéria tinha a gravação de uma visita que as crianças fizeram lá no mangue, perto de onde eles estudam. A professora perguntava o que era aquele buracozinho? E as crianças diziam que era a casinha do caranguejo. Ela perguntava: "E o caranguejo está ali?" Eles respondiam que sim. Então ela explicava que o mangue é o berçário do oceano. É onde nascem os peixinhos que depois vão para o oceano. Eu achei muito interessante aquilo dali sendo que as crianças de hoje enxergam o mangue de forma diferente das crianças da outra geração. Porque na minha infância eu peguei muito catanhão no Guanabara, aquele caranguejo de uma garra só, botei o pé no mangue, mas via tudo aquilo como um grande lodo que precisava ser aterrado mesmo.

Meu amigo, meu sempre chefe, Léo Borba, que foi meu chefe na RBSTV e que trabalha aqui com a

gente, deve se lembrar do tempo, lá em Joinville, quando fazíamos as matérias de contenção e urbanização dos mangues.

Hoje, Léo, vejo essa criançada vindo com essa mentalidade muito mais correta do que a nossa. Eu fico contente quando vejo que uma professora é premiada por ter feito esse trabalho com crianças para orientá-las da importância dos mangues ou dos manguezais.

É claro que hoje nós já temos uma legislação que proíbe o aterro dos mangues. Aliás, o então prefeito Luiz Henrique da Silveira, que já foi governador e hoje é senador da República, responde um processo por crime ambiental porque ele foi asfaltar a ligação do bairro Ademar Garcia com Agulhas Negras, na rua que passa em frente à sociedade Dalas. Lá tinha um pedaço de mangue, deputado Sargento Amauri Soares, e foi colocado um tubo para fazer uma importante ligação desses dois bairros na zona sul de Joinville.

E o Ministério Público entrou com um processo e hoje o Luiz Henrique responde por crime ambiental porque ele colocou um tubo no mangue para asfaltar uma importante ligação. Hoje nós já temos essa legislação que tenta coibir aquilo que na época de 70 e 80 era prática para acabar com a coisa feia, para acabar com o mau cheiro, para acabar com a visão de lodo, aterrar e fazer loteamento.

Hoje não! Hoje nós vemos uma professora que está sendo premiada nacionalmente porque conseguiu fazer com que as crianças possam ver o mangue como ele é. E o que é o mangue? O mangue é o berçário do oceano ou dos oceanos.

É no mangue que se produz toda espécie importantíssima para o sustento do oceano. E é essa importância que eu quero dar, parabenizando a professora Paula Aparecida, do Centro Educação Infantil Odorico Fortunato, que foi a vencedora da 17ª Edição do Prêmio Educador Nota 10, como a Educadora do Ano de 2014.

Também gostaria de parabenizar outra professora de Joinville, Ângela Maria Vieira, da

Escola Municipal Professora Maria Regina Leal, que também recebeu o prêmio Educador Nota 10.

Por isso, fica aqui o meu registro, o registro do orgulho desta Assembleia Legislativa em ter duas professoras premiadas, uma como a Educadora do Ano, e a outra como Educadora Nota 10.

Parabéns, vocês fazem a gente acreditar que é possível ainda numa geração que pensa diferente, que destrói muito menos do que a nossa geração, infelizmente, fez até aqui.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital ou aqui presentes nesta tarde de terça-feira.

Eu vim para este plenário, na tarde de hoje, para falar sobre um tema específico. Mas, deputado Kennedy Nunes, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, pelo seu ponto de vista, pela sua reflexão sobre a mudança de opinião ao longo de algumas décadas na sociedade brasileira e catarinense acerca das questões ambientais, além de outras.

Gostaria de parabenizar v.exa. dizendo que também concordo com sua opinião, e que também tenho um passado de pequeno agricultor em uma região do estado, inclusive a nossa família produzia fumo que, na época, era curado ou secado à custa de lenha. Exclusivamente à custa de lenha, e por certo temos aí uma dívida histórica, não de consciência, porque era uma necessidade e continua sendo uma necessidade de diversos setores da pequena agricultura: manejar o meio ambiente. E esse manejo, por certo, prejudica muitas vezes.

Gostaria de dizer que, não obstante essa reflexão e esse aumento da consciência - inclusive v.exa. citou aqui além do nome da professora que ganhou o prêmio do ano e que de fato merece todos os parabéns - tivemos um período recente aqui

neste estado em que dois *shoppings* foram construídos sobre o mangue desta cidade capital. Aliás, alguns bairros chamados chiques da capital também foram construídos sobre o mangue aí, sim, em décadas anteriores. Depois, quando vem a chuva e alaga tudo, reclama-se de São Pedro ou do prefeito porque não tem drenagem, mas se foi feito em cima do mangue ou é uma área alagadiça muito próxima do nível do mar - alguns centímetros apenas -, é uma área possível de ser alagada.

Então, a consciência que já existe na sociedade, e percebemos isso hoje inclusive fazendo contraponto com as nossas próximas práticas ou com aquilo que pensávamos e fazíamos na infância e na juventude, infelizmente, não é uma prática dos Poderes.

Eu ouvi, dentro de um prédio de um Poder aqui neste estado ao longo desses dois mandatos de deputado, lá no começo da legislatura anterior, uma descrição de como é Dubai. Não vou citar nomes, mas um deles v.exa. já citou.

Então, em Dubai se sai do quarto, pega o elevador e ao chegar lá em baixo tem um carrinho, tipo uma esteira rolante que leva o vivente ou a vivente até a água do mar. De sorte que a pessoa não precisa colocar o pé na areia para colocar o pé na água do mar, e isso contado como se fosse o máximo, o suprassumo da evolução humana na relação com a natureza. Ora, se alguém for ao mar e não se propõe a colocar o pé na areia, por que vai ao mar? Por que sai da cama? Quando eu vou à praia o que me dá mais satisfação é justamente caminhar na areia.

E isso não foi contado como história inocente. Foi contado alguns meses antes da Operação Moeda Verde, que, aliás, não sei no que deu, só sei que uma daquelas personalidades virou autoridade num outro estado da federação, lá em Tocantis. Ou seja, quando falei aqui que a Moeda Verde tinha mentor intelectual em Santa Catarina, justamente por ter ouvido esses relatos e esse posicionamento, inclusive de como era bacana ir à praia em Dubai sem colocar o pé na areia, e desenhando, defendendo que essa lógica de

desenvolvimento poderia ser usada aqui nesta capital e no estado de Santa Catarina.

Isso está em debate no presente, por exemplo, com relação à Ponta do Coral. Existe um debate e aí se coloca assim: "Ou vocês querem aquele lugar abandonado, largado para vândalos usarem para colocar fogo, usar drogas ou vocês querem uma marina magnífica com hotel espetacular?"

Olha, acho que a opinião de bom senso da maioria da população seria nenhuma das duas alternativas, deveríamos todos dizer: sr. prefeito e sras. autoridades, nós queremos aquilo lá como espaço público, como área verde, como um local de passeio para o conjunto da população florianopolitana, catarinense e das pessoas das diversas partes do mundo que vêm a Florianópolis, e não apenas de uma elite de 5%, ou menos, que possam pagar para usufruir de um hotel maravilhoso e da marina com suas lanchas espetaculares.

Ah, mas não é assim! O acesso será livre para todas as pessoas. Como assim? O Costão do Santinho não é acesso livre de todas as pessoas. Se eu quiser ir à praia do Costão do Santinho, inclusive para pisar na areia, tenho que, como cidadão comum, sem dar carteiração de deputado, terei que me apresentar para o vigilante, para o porteiro do hotel, que vai me perguntar o que eu vou fazer e aonde eu vou, na praia que é pública.

Enfim, me escrevi também para fazer essa reflexão, não para fazer críticas especificamente a ninguém e muito menos às pessoas que falaram antes de mim nesta tribuna, pelo contrário, gostaria de parabenizá-los a respeito da lógica do desenvolvimento da sociedade atual e da forma de pensar que, às vezes, evolui na média da população, mas as autoridades ou parte delas e os Poderes, às vezes, continuam menos desenvolvidos, para não dizer atrasados.

Quanto à questão da soda caustica no leite, apenas me inscrevi para xingar o capitalismo. Uso essa expressão porque isso fica evidente pela forma irracional como é organizada a produção e a distribuição das riquezas e dos produtos necessários à sobrevivência humana. Eu estava

ouvindo no rádio a respeito desse procedimento e disseram isso é feito não para aumentar a quantidade do leite, mas para preservar o leite já que ele é recolhido a 700km do local onde ele é industrializado. Então, é preciso colocar um produto que impeça que o leite estrague antes de chegar dentro de um caminhão.

E aí um debate que existe hoje na sociedade, nos meios acadêmicos de discussão saudável, uma das posições é a necessidade de se consumir o alimento produzido o mais perto da sua casa possível. E, portanto, é irracional tomarmos leite na Grande Florianópolis que seja produzido a 1.000km de distância, porque até parece que em Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Antônio Carlos, Ascurra e Doutor Pedrinho as vacas não produzem leite.

Nós precisamos pensar e refletir numa forma de reorganização da sociedade que permita que as pessoas saibam com mais clareza o que estão comendo e bebendo, porque esse fato mostra de forma evidente que estamos confiando na livre iniciativa, na vontade daqueles que exercem aquela prática como uma forma de ganhar dinheiro e de competir numa sociedade cada vez mais competitiva e de mais difícil competição. E aí se desenvolve uma lógica de que inclusive se coloca veneno para as pessoas comerem para ver se alcança uma lucratividade possível de sobrevivência no mercado.

Mais uma vez não se trata de ofender moralmente qualquer pessoa e, sim, dizer que a lógica que tecnicamente exagera na racionalidade para produzir numa velocidade cada vez maior, do ponto de vista social, filosófico e humanitário é absurdamente irracional, porque para a saúde das pessoas faz muito mal, mas para a sobrevivência de uma iniciativa empresarial se torna e tem-se tornado - porque isso tem sido cada vez mais comum em Santa Catarina e no Brasil inteiro -, uma imposição da sobrevivência daquela empresa num mercado altamente competitivo.

Então, se faz necessária uma fiscalização nesse sentido para o bem da humanidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, em nome da bancada do PT, gostaria de dizer que no próximo domingo todos os brasileiros e brasileiras terão uma grande tarefa: escolher o presidente da República.

Depois de muitos anos em que o país viveu um período de ditadura, em que não podíamos escolher os nossos líderes políticos, governantes, conquistamos, através de luta e mobilização da sociedade e das lideranças dos partidos mais de esquerda, a eleição direta neste país.

Conquistamos naquele momento a dita democracia, porque ela ainda não é plena neste país, e falta muito para isso. Basta acompanhar os meios de comunicação nos últimos anos, o que fazem e o que são capazes de fazer, e o que o próprio Judiciário fez e faz, para vermos que não temos ainda um país democrático. Ainda não temos democracia nas eleições, pois, quem possui mais dinheiro e mais ligação com grandes grupos econômicos, tem mais força nas eleições.

Ainda não temos um país totalmente democrático, mas podemos dizer que, ao menos, no próximo domingo o povo terá a condição de escolher o candidato à presidência da República. Hoje, temos claramente dois grandes projetos em disputa,

e a sociedade vai poder decidir qual o rumo que o país tomará no próximo domingo.

É evidente para todos os brasileiros que nestes anos, desde a posse do presidente Lula, o país busca mais autonomia, busca liberta-se do FMI, que sempre ditou as regras do que pode e não pode, e inclusive agora, novamente, estão dando opiniões, mas felizmente o Brasil se transformou. O país ainda não tem toda autonomia, condição e liberdade, mas estamos dando passos significativos nesse rumo. Ao menos pudemos investir em políticas sociais e matar a fome do povo, criar universidades, investir na agricultura familiar, no microempreendedor sem alguém lá de fora dizer que isso é muito gasto, que isso não é investimento. Eles diziam que investir dinheiro para matar a fome das crianças, mantê-las na escola e dar assistência à saúde era gasto, mas para nós é investimento.

É isso que está em discussão no próximo domingo. Santa Catarina, nosso belo e querido estado, que tem um povo que luta e trabalha extraordinariamente para criar seus filhos, pagando seus impostos e contribuindo com o estado, recebeu extraordinários investimentos nestes últimos anos. É inegável. Mesmo quem não nos apoiou reconhece que este estado recebeu investimentos extraordinários.

Temos aqui vários *campi* no sul, na serra, no norte, no oeste. Temos escolas técnicas por todas as regiões do estado, ProUni, enfim, creches para os municípios, máquinas, nunca vi tantos investimentos para os municípios, milhões e milhões de reais.

Ontem, estive em São Lourenço do Oeste, onde o prefeito me relatava todos os investimentos que o município está recebendo do governo federal. Temos que ter esse reconhecimento dos investimentos na agricultura familiar que esta última safra tem recebido. Foram R\$ 2,5 bilhões de investimentos do Pronaf, foi o que foi investido no Brasil em 2002, no Brasil inteiro, e nem chegou a isso. Então, temos um novo país, com pleno emprego, com menores índices de desemprego da história do Brasil.

Inclusive, estava acompanhando pelos jornais que o encontro, ou seja, que a audiência pública que se realizará em Chapecó vai discutir a entrada dos haitianos e dos africanos em nosso estado, principalmente na região oeste, para trabalhar nas nossas empresas, nas nossas indústrias, porque não temos mais mão de obra suficiente.

Então, é o Brasil, é o estado de Santa Catarina que vem se beneficiando. Queremos reconhecer essa gratidão do governador Raimundo Colombo, pois fomos opositores na eleição para o governo, mas agora ele reconhece este momento, os investimentos, não somente o carinho para com o nosso estado, mas a nova estratégia do governo da presidente Dilma Rousseff em ajudar os estados e os municípios, essa nova condição que combina com este momento extraordinário em que temos a inflação sob controle, em que temos os juros sob controle, grandes investimentos para as pessoas poderem investir, poderem comprar casas no programa Minha Casa, Minha Vida, assim como programas para as pessoas poderem comprar o seu carro, o seu caminhão para trabalhar, comprar seu terreno. E nada melhor do que o trabalhador poder olhar para o seu filho e dizer que está empregado, está recebendo salário, poder comprar sua comida, roupa para família no final do mês. Um salário que em 2002 era em torno de R\$ 200,00, em torno de US\$ 68, e hoje chega a US\$ 350 e no final do ano vai para quase R\$ 800,00. Este é o Brasil que vamos construindo! É deste país que me orgulho!

Em nome da nossa bancada quero ressaltar esta importância quando o povo brasileiro pode ter segurança no seu futuro. Pode ter segurança de que vai ter emprego, trabalho, que vai continuar recebendo investimentos. Quem sabe os filhos que ainda não estão estudando na Universidade Federal, que ainda não tem uma bolsa, incluam-se nos mais de um milhão de pessoas, entre os jovens que estão estudando pelo ProUni, os mais de 200 mil jovens que estão estudando no Ciência sem Fronteiras, fora do Brasil, inclusive, fazendo experiência em outros países, buscando conhecimento em outros países. Quando um pai e uma mãe podem olhar para

seus filhos e dizer que este Brasil tem jeito, que este Brasil vai em frente, é porque este país traz uma condição melhor, hoje, do que há alguns anos.

Isso nós, no próximo domingo, vamos escolher através do nosso voto. Por isso, muita gente não gosta da política. Também muitos políticos fazem da política um caminho pessoal, individual, muitas vezes de corrupção ou de enriquecimento. Mas podemos ter certeza de que o Brasil toma um novo rumo, traz uma nova perspectiva para o seu povo de um pai e uma mãe olhar para o seu filho e dizer: "Nós vamos ter um Brasil diferente. Vamos ter universidades. Vamos ter escola técnica. Vamos ter salário. Vamos ter comida, porque a agricultura familiar continua tendo cada vez mais investimentos para melhorar a condição de vida do povo do interior; porque a segurança alimentar é uma das coisas mais importante que um país precisa ter."

Por isso, precisamos cada vez mais continuar investindo na agricultura familiar. Por isso, como diz a propaganda do Tribunal Superior Eleitoral, quem não gosta ou não participa da política vai ser governado por quem gosta dela. Por isso, eu conclamo todos os brasileiros, brasileiras e catarinenses a participar deste belo momento que custou tão caro para as pessoas: o voto, eleger seus governantes. Especialmente no próximo domingo quando estaremos escolhendo o projeto, o futuro da continuidade do crescimento, do desenvolvimento, da distribuição de renda ou um projeto do atraso, de concentração de renda...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, muito obrigado ao deputado Altair Guidi que cedeu generosamente o tempo do seu partido para que este deputado pudesse utilizá-lo. Eu quero e já pretendia fazer anteriormente, sobre a ponte Hercílio Luz. Na semana passada estava acompanhando na televisão, num dos raros momentos em que faço isso, principalmente no horário do meio-dia, na coluna do Cacau Menezes, na RBS, uma maquete eletrônica do que deveria ser a ponte Hercílio Luz como área de lazer. E a matéria mostrava, então, na forma de desenho animado com movimento, como deveria ser a referida ponte.

E fiquei bastante contente porque agora alguém desenhou aquilo que temos falado nesta tribuna já há alguns anos. Temos falado que a ponte Hercílio Luz não deve ser recuperada para transporte de veículos e é a notícia que os governos anunciam, sempre, até o mês de dezembro, no ano de eleição, que a ponte Hercílio Luz será restaurada para trânsito de veículos. Dois erros: o primeiro que é mentira, pois nunca se consegue fazer no prazo; e depois, que a ponte Hercílio Luz não deve ser restaurada para trânsito, transporte e circulação de veículos, de qualquer veículo automotor.

Nós temos defendido isso aqui há pelo menos três anos, mas pelo visto ninguém tinha entendido ainda. E eu fico contente que alguém tenha desenhado, porque no desenho é possível que algum engenheiro, algum especialista em urbanismo nesta capital e neste estado, entenda que a ponte Hercílio Luz precisa e pode ser o maior passeio público do estado de Santa Catarina e, talvez, do sul do Brasil.

É irracional uma ponte como aquela estar fechado para veículos desde 1982. Ela foi reaberta por pequeno período, por alguns meses, poucos meses, em 1989 para transito de pedestres. E eu tive a mesma oportunidade que a imensa maioria da população desta capital, desta cidade, deste estado teve, de caminhar sobre a ponte Hercílio Luz naqueles poucos meses em que ela esteve aberta, em 1989.

E posso dizer, no entanto, que quem tem essa oportunidade ganha alguns anos de vida. E lá se vão mais 30 anos depois disso e os governos não conseguem restaurar a ponte Hercílio Luz para que seja possível caminhar sobre ela ou, e acho até que seria possível e razoável, circular de bicicleta. Ela minimizaria o problema da falta de mobilidade urbana na ilha e da ilha para fora porque, com certeza, 2000 carros deixariam de passar por sobre as pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, se tivesse o trânsito de pedestres e de ciclistas na ponte Hercílio Luz. Quem mora no estreito e trabalha no centro ou vice-versa, poderia fazer esse trajeto sem a necessidade do automóvel. E faria mais rápido caminhando do que de carro ou de ônibus pelas outras pontes. Tomara que depois do desenho as autoridades percebam que dá para fazer isso.

Mas vim à tribuna para falar sobre uma notícia que foi divulgada há alguns dias de que o governo vai contratar, com dispensa de licitação, em caráter emergencial, uma empresa para segurar a ponte Hercílio Luz de pé até que seja feita uma licitação definitiva para a sua restauração. No mês de agosto, depois de tanto falatório, foi rompido o contrato com a empresa Espaço Aberto - que de aberto só tem o nome, porque não tem uma obra que essa empresa esteja tocando que esteja aberta, está tudo fechado, a exemplo do aeroporto Hercílio Luz e da ponte Hercílio Luz - e agora o governo vai fazer um contrato emergencial? A ponte está fechada desde 1982 e em outubro de 2014 tem que ser feito um contrato emergencial para que a ponte não caia, até que o governo faça um processo licitatório com outra empresa que vai continuar garantindo a restauração da ponte Hercílio Luz?

Durante esse tempo, com esse dinheiro que foi gasto até agora, daria para fazer uma ponte nova de forma artesanal, talvez até de ouro. Aliás, a ponte Hercílio Luz começou a ser construída em 1922 e foi concluída em 1926, em quatro anos. Em quatro anos com a tecnologia de quase um século fizeram a ponte Hercílio Luz. Em mais de 30 anos os governos do estado de Santa Catarina, com toda

tecnologia, não conseguem garantir que seja possível caminhar sobre a ponte Hercílio Luz? E é preciso mais contrato em caráter emergencial com dispensa de licitação e, depois, outra licitação para contratar a restauração da ponte? E nada de uma solução razoável com relação à ponte Hercílio Luz!

No começo deste ano fizemos um requerimento pedindo uma CPI para investigarmos os gastos, pois somente nos últimos dez anos, com a ponte Hercílio Luz, tivemos poucas assinaturas. Mas é óbvio que a galinha de ovos de ouro não pode ser mexida, tem que permanecer do jeito que está.

Mas também faço esse debate para fazer uma reflexão. A ponte Hercílio Luz é um símbolo monumento, cultural e arquitetônico do estado de Santa Catarina, é o principal símbolo, o principal cartão postal do nosso estado. E quero dizer, com toda força, que espero que no ano que vem alguém continue dizendo isso aqui. A ponte Hercílio Luz é o principal cartão postal do estado de Santa Catarina, e talvez do sul do Brasil, que está sendo deixado de lado, historicamente.

A ponte Hercílio Luz pode e deve vir a ser o maior e o mais bonito passeio público da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina.

Fala-se tanto em negócios, em turismo, e olha que não entendo nada de negócios, deputado Padre Pedro Baldissera! Respeito muito quem entende e faz negócios com honestidade e dignidade, mas não entendo nada sobre isso e não gosto. Não sei fazer negócios. Acho que entendo um pouquinho de política e me meto até em questões culturais, artísticas e turísticas, mas imagino que se depender do desejo de qualquer cidadão brasileiro ou de qualquer pessoa no mundo em visitar o sul do nosso país, em visitar Florianópolis e caminhar sobre a Ponte Hercílio Luz, o nosso turismo será fortemente incrementado. Mas existem algumas pessoas que acham que o turismo no estado só vai ser incrementado com marina, hotel de luxo e mais uma praia privatizada no estado.

Então, é preciso que as pessoas cobrem dos governantes e percebam que é necessária uma

racionalidade humanizadora e não uma racionalidade de estupidez que está levando à sociedade o caos e a barbárie. Agradeço a oportunidade, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, obrigado pela sua sempre generosidade para com os deputados. Srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo utilizar uns quatro ou cinco minutos do meu tempo e depois passar a palavra para o eminente deputado Maurício Eskudlark, que é especialista na área de Segurança Pública e que, certamente, irá falar sobre essa questão.

E eu não poderia deixar de registrar, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e deputado Reno Caramori, v.exa. que tanto serviço já prestou à Santa Catarina através do Parlamento Catarinense e daqui a alguns dias se aposenta desta Casa e merece a nossa gratidão porque ajudou muito o nosso estado; a todos os catarinenses, aos deputados, as deputadas e telespectadores a decisão do Tribunal de Justiça que suspendeu uma decisão de primeiro grau de um juiz da nossa capital no que diz respeito à questão da Restinga. O que significa isso? Um juiz de primeiro grau de Florianópolis, baseado na tese de doutorado de um ministro, no voto de um ministro em uma decisão de Brasília, decidiu, em primeira instância, que toda área plana do litoral catarinense, deputado Mauro de Nadal, seria área de restinga.

Isso é um absurdo! Qualquer leigo sabe, deputado Mauro de Nadal, que área de restinga é área estabilizadora do mangue e fixadora das dunas. Deputado Dirceu Dresch, v.exa. que é do oeste, criador de boi em nosso estado, sabe disso.

Então, por alguns meses o nosso litoral ficou engessado, nem a BMW poderia receber licença de operação. Pasmem os senhores!

Nós fizemos uma ação conjunta com o setor produtivo da cidade de Joinville, deputado Neodi Saretta, com mais alguns parlamentares e fomos até o desembargador Torres argumentar. A Fatma e a PGE - Procuradoria-Geral do Estado -, apresentaram argumentação e foi suspensa essa decisão em primeiro grau.

Portanto, agora a Fatma pode emitir licença, dentro dos parâmetros e requisitos legais, para que o estado possa continuar crescendo, desenvolvendo-se e aquecendo a nossa economia.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre deputado, vemos de tudo um pouco e nem todos são infalíveis ou onipotentes, pois um juiz também pode errar ou se equivocar. Restinga é uma área quase sempre não alagadiça, mas que mantém umidade, é onde o solo e o subsolo são constituídos de turfa e até com as secas prolongadas pode pegar fogo.

São matérias orgânicas, às vezes com três ou quatro metros de profundidade. Esta, sim, é a verdadeira restinga, aquela que retém a umidade, vai soltando água devagar, o que forma nossos córregos. Essa é a verdadeira restinga. Não é toda área plana do litoral, mesmo sendo uma área de dunas ou com limites de praia que se possa denominar restinga.

Obrigada pelo aparte, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Portanto, no dia 15 de outubro o Tribunal de Justiça julgou favorável o agravo da Procuradoria e até o julgamento final do processo a Fatma pode emitir licença. Foi uma sábia decisão.

Sr. presidente, concluo minhas palavras dizendo que não posso deixar de afirmar categoricamente que quando o poder público não faz, e quando faz, infelizmente, faz lentamente, burocraticamente e de forma onerosa, a sociedade

se organiza e faz voluntariamente. Estamos vivenciando, neste momento, o Outubro Rosa. A Rede Feminina de Combate ao Câncer, ícone no Brasil, nosso orgulho, organizou-se por todo o estado, por todo o país e fez aquilo que o poder público não fez: o trabalho de prevenção do câncer.

Portanto, não poderia deixar de parabenizar estas instituições maravilhosas, esses anjos de rosa, como temos em Joinville e praticamente em todas as cidades de Santa Catarina, e dar alguns dados sobre esse trabalho.

Em Santa Catarina as mortes por câncer representam a segunda causa mais frequente de óbitos. Em primeiro lugar continuam as doenças do aparelho circulatório, pois em 2012 morreram 4.622 mulheres vítimas de doenças do aparelho circulatório e 3.440 de câncer em Santa Catarina. Das cidades catarinenses com maior número de casos de câncer de mama está Florianópolis, Blumenau e Joinville. Portanto, esse trabalho que a Rede Feminina realiza é fantástico, merecedor de todos os nossos elogios.

Aliás, o diferencial do nosso estado é o voluntariado. Sem dúvida, um dos motivos que faz com que nosso estado tenha um IDH que equivale ao dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá, sem dúvida é essa vertente forte do voluntariado. Pessoas, deputado Mauro de Nadal, que fazem as coisas acontecer de forma anônima e desinteressada.

Parabéns à Rede Feminina de Combate ao Câncer do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário do PSD o restante do horário será utilizado pelo deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, recebi um vídeo pela *internet* esta semana, no qual um mascarado ao estilo daqueles decapitadores extremistas, dizia o porquê dos ataques que ocorreram em Santa Catarina

antes das eleições, deixando bem claro que foram em razão da firmeza com que o governo do estado, a Segurança Pública tem enfrentado o combate ao crime organizado.

E digo isso porque entendo que a área de investigação, a área de inteligência da Segurança Pública deve estar trabalhando e identificando esses autores, inclusive o autor desse vídeo, não somente os autores dos atentados, porque ficou evidenciado, pelas palavras daquele mascarado, que o crime organizado estava tentando influenciar as eleições do estado de Santa Catarina para prejudicar a candidatura do governador Raimundo Colombo, pelo fato de os órgãos da Segurança terem agido com firmeza no combate à criminalidade, que fazia várias exigências absurdas, tal o descabro hoje do crime organizado.

Por coincidência, deputado Reno Caramori, passadas as eleições, os ataques pararam. Claro que houve atuação da segurança, identificação de autores, mas os ataques aos ônibus, às escolas e vários crimes absurdos somente ocorreram até a eleição. E, conforme aquele vídeo, estavam fazendo esses ataques porque o governo do estado agia com firmeza no combate à criminalidade. Então, o crime organizado tem que ser enfrentado com firmeza.

Eu confesso que recebi até mensagem no celular dizendo que o cidadão votaria num governo em que o crime organizado estava tomando conta. O que era isso? Era alguém se utilizando dos ataques para tentar influenciar a decisão da população. Então, entendo que até isso deve ser investigado, quem quis se valer dos ataques criminosos nessa questão da eleição.

Assim sendo, é muito importante que isso tudo seja apurado com muito rigor, porque, efetivamente, houve ações criminosas que tentaram, de alguma forma, influenciar as eleições em nosso estado.

Ontem acompanhava no jornal *Página 3*, de Balneário Camboriú, do nosso amigo Mazinho, o Waldemar, na coluna *Dedo na Moleira*, a questão do pedágio que estão tentando implantar em Bombinhas. Ele fazia um alerta ao que uma empresa

lá dizia sobre o pedágio, que era para proteger o meio ambiente, para investir. Mas é o pedágio mais absurdo que eu já ouvi falar, pois uma empresa ganharia, em dois anos, mais de R\$ 6 milhões para administrá-lo!

Felizmente, o Ministério Público já entrou com uma ação contra aquele pedágio absurdo que a administração municipal de Bombinhas está tentando implantar. Enquanto nós ficamos reclamando de tantos absurdos que ocorrem neste país, a prefeitura quer implantar naquele município um pedágio absurdo. O custo do pedágio, aparentemente, vai ser maior do que a arrecadação com aquele referido pedágio. Então, é algo muito estranho, além de inconstitucional.

Assim sendo, é muito pertinente a ação do Ministério Público de entrar com uma liminar, para que o município não tenha nenhuma despesa com a instalação de equipamentos, porque, pelo visto, isso é mais um engodo. Então, é muito pertinente a ação do Ministério Público e contra essa inconstitucionalidade da...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Srs. deputados, tendo em vista o fim do horário dos Partidos Políticos e como ainda faltam 30 minutos para a Ordem do Dia, suspenderemos a presente sessão até as 16h, na Ordem do Dia.

Como estamos na Semana do Servidor, está havendo uma atividade interessante no *hall* da Casa. Portanto, fica aqui o convite para os parlamentares acompanharem um pouco as manifestações dos nossos servidores.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0204/2013, 0216/2014, 0261/2012, 0284/2014,

0300/2014, 0323/2014, 0328/2014, 0338/2014,  
0343/2014, 0380/2014, 0407/2014, 0415/2014,  
0416/2014, 0426/2014, 0431/2014, 0466/2014,  
0494/2014, 0496/2014, 0539/2014, 0558/2014,  
0579/2014, 0588/2014, 0607/2014, 0609/2014,  
0610/2014, 0625/2014 e 0702/2013.

Esta Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 430, 431 e 432, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s: 775 e 776, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 777, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 778, de autoria do deputado Marcos Vieira; 779, de autoria do deputado Maurício Eskudlark e 780, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputados, srs. deputados, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer aqui dois registros.

Recebi no dia 10 de agosto um *e-mail* do eminente deputado Esperidião Amin em que faz um comentário:

(Passa a ler.)

"O contorno viário da Grande Florianópolis deveria ter sido inaugurado em fevereiro/2012. No trecho da BR-101 entre os quilômetros 200 e 220, pressionado por tráfego intenso e pesado por causa da não execução do contorno, situam-se as áreas com maior incidência de acidentes e engarrafamentos do Brasil!

Foi iniciada a execução da obra no subtrecho central. O subtrecho norte não foi iniciado ainda porque a Funai não emitiu parecer favorável diante da consulta do Ibama."

Mas recebo também um novo *email* do dia 14.

(Passa a ler.)

"O coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Esperidião Amin, foi recebido hoje, dia 14, em Brasília pelo diretor-geral em exercício a ANTT, Jorge Bastos, para tratar da situação do processo de licenciamento ambiental das obras do contorno viário da Grande Florianópolis, que está no Ibama, mas depende da anuência da Funai. O órgão federal indigenista, através de manifestação enviada ao Ibama, em 11 de setembro, solicitou novas adequações do processo que já estão sendo atendidas pela concessionária Autopista Litoral Sul. Também já estão agendadas reuniões preparatórias com a população indígena local para os dias 22 e 23 de outubro, uma das condicionantes impostas pela Funai. O deputado Amin tem procurado agregar todas as frentes políticas para pressionar o governo federal na busca por agilidade na execução das já atrasadas obras de infraestrutura. O governador do estado, Raimundo Colombo, enviou ofício ao ministro da Justiça em 9 de outubro, também solicitando celeridade na tramitação dos processos de licenciamento, uma vez que cabe aquele ministério supervisionar a Funai."

Portanto, no dia de hoje, através da minha assessoria, mantivemos contato com a Funai que nos informa que nessa reunião do dia 22 e 23 não serão permitidas a permanência ou a presença de pessoas, a não ser da comunidade indígena, Funai e concessionária. Num segundo momento deverá ocorrer uma nova reunião onde será permitida a participação de outros tantos elementos da comunidade e de autoridades constituídas.

Por isso, esperamos, deputado Romildo Titon, que realmente a Funai não faça o que fez com o Morro dos Cavalos, que, felizmente, agora está dentro do cronograma físico financeiro religiosamente sem problemas de atraso. A obra está andando normalmente e deverá ser entregue, na sua totalidade, até o início de dezembro. Esperamos que esse trecho do contorno não ocorra como o que já ocorreu anteriormente e que não precisemos tomar atitudes drásticas e não tão comuns para que as autoridades entendam a

necessidade de viabilizar as obras tão necessárias para o nosso estado, para o nosso país.

Temos ainda o problema do túnel do Morro dos Cavalos que talvez tenha uma nova polêmica. Eu espero que nesses dias 22 e 23 eles tratem, além do problema do contorno, do problema dos túneis, no sentido que se agilize o processo. Nós entendemos perfeitamente que Santa Catarina não pode ser considerada o entrave brasileiro do sul, tendo a Argentina e o Uruguai participando desse processo. Nós já temos recebido críticas e comunicados de que Santa Catarina não tem se movimentado para resolver os problemas do Morro dos Cavalos. Isso até o dia 11 de dezembro do ano passado, quando tomamos aquela atitude áspera, podemos dizer, mas que foi a solução encontrada para agilizar o processo.

Portanto, nós não queremos que Santa Catarina seja julgada pelo resto do país como o estado que está afunilando o trânsito pesado que passa pela BR-101 e pela querida Grande Florianópolis.

Por isso, solicitamos que os órgãos competentes, DNIT, Ibama, Funai, Ministério da Justiça mobilizem-se para que um não fique culpando o outro e as obras vão atrasando como tantas outras, como já atrasaram o desenvolvimento deste estado e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão.

Manifesto-me no dia de hoje sobre uma boa notícia. Este ano, 2014, que foi reconhecido pela ONU, inclusive, como o Ano Internacional da Agricultura, mulheres brasileiras batem recorde no acesso ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, na safra 2014/2015.

(Passa a ler.)

"Cerca de 160 mil mulheres solicitaram o equivalente a R\$ 1,13 bilhão em crédito no primeiro trimestre da safra deste ano, de julho a setembro. O valor acessado é 33,73% maior que os R\$ 851 milhões solicitados nos três primeiros meses da última safra.

As mulheres estão se apropriando do programa para ampliar a produção. Estamos rompendo barreiras. Não é que as mulheres estão passando a produzir, mas, sim, aumentando a produtividade.

No geral, a meta do governo federal é disponibilizar R\$ 24 bilhões para operações de custeio e investimento no período de 2014/2015 por meio do Pronaf. Trata-se do maior volume de recursos da história do programa, que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

As taxas de juros são as mais baixas dos financiamentos rurais e o índice de inadimplência é dos menores entre os sistemas de crédito do país. As mulheres buscam o recurso e pagam, não ficam na inadimplência. A agricultura familiar é responsável por cerca de 75% dos alimentos que vai para mesa dos brasileiros. Pelo menos, cinco milhões de famílias vivem da agricultura familiar e produzem a maioria dos alimentos consumidos no país.

A maior parte dos recursos é destinada à recuperação de infraestrutura rural para aumento da produção de alimentos."

Falei aqui do Pronaf Mulher e quero dizer que a presidenta Dilma Rousseff, coração valente, tem uma estratégia da emancipação das mulheres, e nunca se viu, como agora, tantos programas e ações que coloquem as mulheres como protagonistas neste país.

Somente para termos uma ideia em relação às políticas do governo federal voltada às mulheres: Cinquenta por cento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) devem atender obrigatoriamente ao público feminino.

O Programa Nacional de Documentação Técnica e Extensão Rural (PNDTR), que talvez muita gente não

tenha noção da importância que tem isso, já garantiu nesses dez anos mais de um milhão de mulheres que não tinham nem sequer carteira de identidade, ou seja, viviam com a identidade do companheiro, do marido, deputada Dirce Heiderscheidt, mas não existiam como mulheres agricultoras.

O Pronatec, através do qual oito milhões de brasileiros estudam, qualificam-se para ter uma renda, uma profissão, dos quais, 59% são mulheres. As mulheres estão estudando e se qualificando mais do que os homens.

Hoje também 93% dos cartões do Bolsa Família estão em nome das mulheres, porque são elas que decidem onde colocar o recurso, como e quando gastar o dinheiro. E as mulheres sempre priorizam os filhos, o cuidado, a proteção e o direito de seus filhos.

O Minha Casa, Minha Vida na faixa dos que têm rendimento até R\$ 1.600,00, mais da metade dos contratos do programa estão em nome do casal ou apenas da mulher.

No programa Microempreendedor Individual (MEI) e micro e pequenas empresas, as mulheres representam 52% desse público e, no acesso ao crédito, também, são maioria absoluta, 62%, com uma das menores inadimplências, ou seja, as mulheres também são boas pagadoras na hora de utilizar e devolver o recurso público.

Quanto às creches, em 2007 o presidente Lula foi o primeiro presidente da história da República brasileira a colocar dinheiro federal no município para construir creches. A creche é importante para o bebê, para a menina, para o menino, para a criança, porque as mães sabem que quando não tem creche para cuidar dos filhos, normalmente, quem fica em casa e deixa de trabalhar, trazer renda, emancipação para si e para a família é a mulher. Então, a creche ajuda a família, a mulher e também a criança.

Outro grande direito e conquista é com relação às trabalhadoras domésticas. Tem muita gente que, às vezes, reclama que as empregadas domésticas têm muitos direitos. Eu quero dizer que bom que hoje,

no Brasil, empregada doméstica é trabalhadora doméstica, não é escrava do lar, sem ter o direito trabalhista assegurado, com carga horária, fundo de garantia, direito previdenciário, como qualquer trabalhador deste mundo, que precisa ter o direito trabalhista. Então, uma emenda constitucional incluiu as empregadas domésticas entre as mulheres trabalhadoras, trabalhadores com direito trabalhista.

O combate à violência, outra grande ação da nossa presidenta Dilma Rousseff.

São 900 centros de atendimento à mulher espalhados pelo país, 54 unidades móveis, inclusive aqui em Santa Catarina temos unidades móveis circulando o estado e levando o atendimento jurídico e assistencial às mulheres e o fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres enfrentando a violência sexual e doméstica com iniciativas como projeto Mulher.

O programa Viver Sem Violência, a Lei Maria da Penha, o Disque 180, o Clique 180, que é o aplicativo mais moderno que garante ferramentas de atendimento para as mulheres que utilizam esses mecanismos.

E por último, cito o programa Casa da Mulher Brasileira, que contará no mesmo local com delegacia especializada, atendimento à mulher, juizado, vara, defensoria, promotoria, equipe de psicólogos, assistente social, sociólogo, educadora para orientar também para emprego e renda além do cuidado dos nossos filhos.

Então, quero destacar estas inúmeras ações, mas poderia falar do Fies, do ProUni, poderia falar da saúde da família, poderia falar das UPAs, poderia falar de milhares de programas que um governo de uma mulher protagonizou, criou e está incentivando para que as mulheres tenham visibilidade neste país, para que as mulheres sejam percebidas como pessoas com direitos e que hoje são responsáveis pelas famílias também.

Por isso, quero agradecer a oportunidade e dizer que isso tudo não pode ser perdido em nome de homens, mulheres e filhos deste Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -  
Não havendo mais oradores inscritos, livre a  
palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra,  
esta Presidência, antes de encerrar a presente  
sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à  
hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:  
matérias em condições regimentais de serem  
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.